

3. Objetivo: Promover o acesso à educação de boa qualidade para todos

Gestora: Dra. Fabiana Lôbo

Descrição do Objetivo: Viabilizar o acesso pleno do cidadão paraibano à educação, tomando como ponto de partida a fiscalização das verbas voltadas para a educação. Atuar, de forma urgente as questões mais básicas que ainda afetam a educação no Estado da Paraíba como a falta de estrutura, falta de merenda, disponibilidade de professores, sempre que possível concursados e capacitados, falta de adaptação e intérprete para a inclusão, capacitação do corpo docente, falta de fardamento e de transporte escolar. Combater a evasão escolar, lutar pela inclusão dos portadores de deficiência e garantir a observância do princípio constitucional do padrão de qualidade.

Capacitar os membros e publicar manuais que permitam uma atuação cada vez mais uniforme do MPPB. Além disso, promover ações conjuntas das promotorias da infância e juventude, educação e cidadão, envolvendo também os conselhos tutelares e demais conselhos que contribuem para diagnosticar o problema da educação na Paraíba.

Indicadores: (1) Escolas que as irregularidades foram resolvidas, houve a celebração de TAC; foi ajuizada a ACP; ou arquivamento; (2) Escolas e creches públicas fiscalizadas, com relatórios encaminhados ao MP.

Projeto: Fiscalização da qualidade da educação básica nas escolas públicas da Paraíba

Proposta do projeto: A educação escolar é o bem mais valioso que um Estado pode ter, haja vista que se bem conduzida pode ser um forte instrumento de mobilidade e transformação social. Todavia, diante de tantas irregularidades constatadas ao longo dos anos, surgem questionamentos acerca do futuro do ensino brasileiro. Nesse sentido, o presente Projeto visa combater os problemas educacionais considerados mais graves: falta de infraestrutura mínima adequada para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, ausência de profissionais de ensino ou falta de qualificação dos mesmos, falta de merenda e falta de acessibilidade. Esses problemas contribuem para a baixa qualidade do ensino e abandono (evasão) escolar. Dentre às atividades previstas para se obter os resultados, destaca-se a realização de inspeções nas unidades de ensino das redes públicas municipal e estadual.

Não Escopo do Projeto: O Projeto não abrange a fiscalização das Escolas da Rede Privada de Ensino nem às questões relacionadas à violência escolar.

Principais atividades: (1) Capacitação, juntamente com o CEAF, dos Promotores de Justiça para conhecimento dos principais Programas Educacionais do MEC voltados à Educação Básica da Rede Pública: PNAE, PNATE, MAIS EDUCAÇÃO, PDDE e FUNDEB; (2) Entrega de kit com modelos de medidas extrajudiciais e judiciais referentes à atuação ministerial na fiscalização da Educação Básica da Rede Pública, assim como relação das Escolas Públicas Paraibanas, por Promotoria de

Justiça, e as principais normas jurídicas em matéria de educação; (3) Estabelecimento de parcerias com órgãos de fiscalização das verbas educacionais, através do Setor de Parceria Técnica/MPPB; (4) Realização de Audiências Públicas regionais para tratar da responsabilidade na gestão da merenda escolar descentralizada; (5) Realização de audiências, em cada Promotoria de Justiça, com a participação dos Conselhos de Alimentação Escolar estadual e municipais e das Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, com o objetivo de apresentar o Projeto de Fiscalização da Qualidade da Educação Básica nas Escolas Públicas da Paraíba, a ser desenvolvido localmente; (6) Firmar, em audiência, Termo de Cooperação com os Conselhos Tutelares para fiscalização das Escolas da rede pública de cada Promotoria de Justiça; (7) Fiscalização pelo Ministério Público nas Escolas Públicas em que foram detectadas, pelos Conselhos Tutelares, os problemas educacionais de maior gravidade; (8) Realização de audiências com as Secretarias de Educação do Estado e Municípios com o objetivo de solucionar extrajudicialmente às irregularidades constatadas, através das fiscalizações; (9) Promoção de medidas judiciais cabíveis para combater os problemas educacionais mais graves: falta de infraestrutura mínima adequada para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, ausência de profissionais de ensino ou falta de qualificação dos mesmos, falta de merenda e falta de acessibilidade; (10) Implantação de um programa de acompanhamento das Escolas Públicas fiscalizadas.

Situação em julho:

Informações	#
Adesões ativas	32
Promotores em atividade	30
Promotorias de Justiça em atividade	30
Projetos concluídos	8

Materiais e contato:

- [Plano de ação](#)

- [Fluxograma](#)

Contato:

CAOP da Educação

Fone: (83) 2107-6129

E-mail: caopeducacao@mp.pb.gov.br